

07
EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MAIOR-PÍ.

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO

DESIGNO o dia 27 / 11 / 08
às 14:30 horas para a sessão de conciliação.

Campo Maior, 06 / 11 / 08

Serventário(a)

Antonio Carlos Costa Rodrigues
ESCREVENTE

JOSE WILSON VIANA DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado no Município de São Miguel do Tapuio-Pí, na Localidade Cachoeira, por seu advogado, procuração anexa, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO**, em desfavor da **BRADESCO SEGUROS S/A**, pessoa Jurídica de Direito Privado, situada na Av. Derneval Lobão, nº756, Centro, Campo Maior-PÍ, pelos fundamentos que se seguem, para o final requerer:

DA JUSTIÇA GRATUITA

O(a) requerente requer seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que a mesmo não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, conforme declaração anexa (doc. 02).

1. DOS FATOS:

O(a) autor(a) foi vítima de grave acidente automobilístico, tendo sofrido várias lesões pelo corpo.

Com isso excelência ciente do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº6. 194, de 19 de dezembro de 1974, o requerente encaminhou o pedido administrativo perante a seguradora BCS SEGUROS S.A, cujo processo tramitou s, afim de receber os valores definidos na aludida Lei Federal, qual seja 40 (quarenta) vezes a valor do maior salário mínimo vigente do no país(art.3º, "b"), uma vez que foi constatado sua invalidez na via administrativa em virtude das seqüelas oriundas do grave acidente.

03
A

A invalidez do requerente foi prontamente reconhecida na via administrativa, uma vez que no dia 19/11/2007, lhe foi paga a quantia R\$2.700,00 (dois mil e setecentos) equivalentes a 7,1 salários mínimos à época.

Acontece inclito magistrado, que a seguradora efetuou o pagamento da quantia acima referida em total afronta aos mandamentos legais, baseando se em resoluções administrativas internas, bem como na refletida tabela para calculo da indenização em caso de invalidez permanente, impondo ao requerente, quando do seu recebimento, que o mesmo assinasse recibo dando plena, geral e irrevogável quitação para não mais reclamar, pretender, exigir ou mandar com fundamento no presente sinistro, recibo este que não foi entregue cópia ao autor.

Tal pratica em efeito para a Ré é claramente abusiva e ilegal, motivo este que se faz necessário à intervenção deste juízo para resolução da presente lide.

2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Como mencionado quando da qualificação da requerida, esta é seguradora regularmente conveniada junto à superintendência de seguros privados - SUSEP, sob o código FIP nº.06238, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o Art. 5º, § 4º, da resolução nº.109/2004, que se encontra atualmente e, vigor, o seguinte, *in verbis*:

Art. 5º para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

§ 4º Os convênios de que trata o "caput" deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

A requerida em comento, ante o **princípio da solidariedade** que se evidencia claramente da transição do artigo supra, está legitimada para figurar no pólo passivo da presente demanda.

Demonstrando mais claramente o **princípio da solidariedade** prevê o Art.7º, "caput", da lei nº6. 194/74, o seguinte, *in verbis*:

Art.7º a indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um,

04
2

consorcio constituído, obrigatoriamente,
por no seguro objeto dessa Lei.

Nesse sentido, é o entendimento do Egrégio
Superior Tribunal de Justiça e demais Tribunais Estaduais,
in verbis:

STJ DIREITO CIVIL SEGURO OBRIGATÓRIO DE.
VEÍCULOS IDENTIFICADOS. LEGITIMIDADE PASSIVA
RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA.

A indenização do seguro obrigatório (DPVAT)
pode ser acionada para pagar o valor da indenização
correspondente ao seguro obrigatório assegurado direito de
regresso.

O valor da cobertura do seguro obrigatório
de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de
quarenta salários mínimos, não havendo incompatibilidade
entre o disposto da Lei nº6. 194/74 e as normas que
impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de
correção monetária precedentes.

Agravo não promovido (STJ-3ª Turma). AgrRg no
Ag 742443/ RJ; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
2006/0021894-5. Min. Rel. NANCY ANDRIGHI. J. 04/04/2006. DJ
24.04.2006P.

3. DO DIREITO DA OBRIGATORIEDADE E DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

ADUZ A Lei nº6. 194, de 19 de dezembro de
1974, no seu Art. 5º, §1º, o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização será
efetuada mediante simples prova do acidente
e do dano decorrente, independentemente da
existência de culpa, haja ou não resseguro,
abolida qualquer franquia de
responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo
será paga com base n valor da época da
liquidação do sinistro, em cheque nominal
aos beneficiários, desmontável no dia e na
praça da sucursal que fizer a liquidação,
no prazo de quinze dias da entrega dos
seguintes documentos;

Uma vez comprovada a existência do acidente
de transito acima narrado, bem como das lesões suportadas
pelo autor oriundas do referido acidente, outra opção não
restava à seguradora a não ser o pagamento do seguro
obrigatório - DPVAT, nos limites fixados pela Lei.

Referida Lei Ordinária Federal, no seu Art.
3º, "b", determina que:

05
R

Art. 3º os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

Ate 40(quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país-no caso de in validez permanente;

Logo, ao invés de ter sido paga a quantia de R\$15.200,00 ao requerente, levando se em consideração o salário vigente de R\$380,00, somente foi paga a quantia de R\$ 2.700,00 equivalentes a 7,1 salários mínimos, restando ao autor o remanescente equivalente a 32,9 salários mínimos, o que corresponde atualmente a R\$12.500,00 valor este que deverá ser acrescentado juros e correção monetária desde o inadimplimento da Ré, conforme tabela abaixo:

Valor recebido em 19.11.2007	R\$2.700,00 - 7,1 sal min
Valor devido à época	R\$15.200,00 - 40 sal. Min.
Remanescente atualizado	R\$12.500,00 - 32,9 sal.Min.

Como é do conhecimento de todos que participam do mundo forense, as seguradoras, em total afronta a Lei federal, como demonstrado *in casu*, nunca cumprem integralmente tais pagamentos, uma vez que se aproveitam ilegalmente de resoluções internas administrativas para estabelecerem os percentuais das indenizações a serem pagas, o que aponta flagrantemente a hierarquia das normas judiciais obrigando as vitimas de acidente de transito a se submeterem a um processo judicial para verem garantido um direito previamente amparado por lei e que encontra unanimidade no entendimento jurisprudencial.

Não cabem as resoluções administrativas limitarem o que a lei não pretendeu limitar, ainda mais por se tratar de um seguro de cunho eminentemente social e que foi criado para amparar as vitimas em momentos difíceis da vida, em que estas se encontram impossibilitadas para o trabalho e que terão que conviver permanentemente com as seqüelas oriundas dos acidentes.

O IRB ou a SUSEP devem, quando baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, observar expressamente o que dizem as leis, estas é que são normas aprovadas pelo congresso nacional com votação de representantes eleitos diretamente

peço pelo povo, com reafirmação de sua legitimidade para decidir sobre os diversos temas.

As resoluções, portarias, instruções normativas ou circulares emitidas podem disciplinar assuntos que não conflitem com as leis, gerais ou específicas. Devem respeitar tanto o Código Civil (lei geral) como o Decreto-lei nº. 73, a lei nº. 6.194/74, a lei nº. 8.441/92 específicas, além de outras pertinentes e realizadas.

Assim em face do princípio da hierarquia das normas legais, o previsto na Lei nº. 19/74 prevalece sobre o que dispõe todas as resoluções administrativas emanadas da SUSEP ou por outro órgão semelhante.

Para corroborar o entendimento ora exposto, bem como para ceifar qualquer eventual dúvida, vale transcrevermos o entendimento unânime do colendo superior tribunal de justiça e demais tribunais de justiça, bem como do enunciado nº. 6 das Turmas Recursais do Estado do Ceará, *in verbis*:

Civil. Seguro obrigatório (DPVAT). Valor quantificado em salários mínimos. Indenização legal. Critério. Validade. Lei nº. 6.194/74. Recibo. Quitação. Saldo remanescente. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não inibe de reivindicar, em Juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie (Recurso Especial nº. 29296675/SP, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar. Decisão em 25/03/1998).

Seguro DPVAT. Morte decorrente de acidente de trânsito. Aplicação do disposto no Art. 3º da Lei 6.194/74. Em caso de morte por acidente de trânsito, a indenização decorrente do seguro obrigatório deve obedecer aos valores fixados no artigo 3º da Lei 6.194/74. As Leis nº. 6.205/75 e 6.423/77 não revogaram o critério de fixação da indenização com base no valor do salário mínimo, quer pelo marcante interesse social e previdenciário desta modalidade de seguro, quer por estabelecer a Lei 6.194/74 um simples critério de cálculo de valor indenizatório, não se constituindo no fator de correção monetária que as leis supervenientes buscam afastar. Sentença que julgou procedente a ação. Apelo improvido. (Apelação Cível nº. 70002217875, 6ª Câmara

07
u

Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Dês. Cacildo de Andrade Xavier. Julgado em 29/08/2001).
ENUNCIADO Nº6- SEGURO DPVAT- FIXAÇÃO EM SALARIO MINIMO- É permitida a fixação em salários mínimos tratar apenas de um mero parâmetro e não de indexação.

Por fim, acerca da ilegalidade constatada quando da classificação da invalidez das vítimas estabelecida na malfadada tabela para calculo da indenização em caso de invalidez permanente, quem não cabe limitar o que a lei não determinou, é o seguinte o entendimento predominante da Jurisprudência, in verbis:

PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE INCOMPETENCIA AFASTADA. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. ATESTADO DE INVALIDEZ PERMANENTE NOS AUTOS. SEGURO DPVAT. FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO EM SALARIO MÍNIMO. PREVALENCIA DA LAI DE REGENCIA QUANTO AO LIMITE INDENIZATÓRIO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

4.não há que se falar em gradação percentual do valor da indenização porque o caput do art.3º da Lei 6194/74 não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, vale dizer, não pequire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência e nesse sentido vem decidindo os nossos tribunais.

5. Afixação do valor da indenização por seguro obrigatório por meio da resolução emitida por órgão administrativo, ou seja, o Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, não tem validade se contraria o que dispõe Lei Federal regente da matéria, qual seja a Lei 6.194/74, a qual em seu Art. 3º estipula em caso de invalidez permanente indenização de 40 salários mínimos

6.não há ofensa a dispositivo legal e ao texto constitucional o fato de ter a indenização pelo pagamento do seguro obrigatório- DPVAT, como parâmetro o salário mínimo, uma vez que não há vinculação a este, mas somente sua utilização como critério legal para o pagamento.

7. nos termos do artigo 55 da Lei dos Juizados Especiais (Lei.9.099/95), condeno o apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% sobre o valor da condenação.

8.recurso conhecido e improvido, legitimando a lavratura do acórdão nos moldes autorizados pelo artigo 46 da Lei nº9.099/95. Unânime (20050310208190ACJ, Relator NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, PRIMEIRA Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F, julgado em 13/06/2006, DJ 16/08/2006 P.101)(grifo nosso).

PROCESSO CIVIL. PROVA TECNICA. DESNECESSIDADE. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO PELO IML. INDONEÍDADE. ACIDENTE DE TRANSITO COMO FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZARINVALIDEZ CONFIGURADA POR DEBILIDADE PERMANETE DE MEMBRO INFERIOR. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO VALOR MÁXIMO PREVISTO NA LEI Nº 6.194/74, ART. 3º, "B".

08
2. Atinente a possibilidade de se fixar o valor da indenização com base no art. 3º "b", da Lei nº 6.194/74, não há ofensa a Constituição Federal, portanto a quantia a ser estabelecida não resta atrelada ao salário mínimo para fins de correção monetária, somente serve de parâmetro para limitar verba indenizatória, por ocasião do sinistro.

3. se o atropelamento de que foi vítima a autora causou-lhe debilidade permanente de membro inferior e conseqüente invalidez, indubitável o direito à cobertura pelo valor máximo. Frize-se que normatização feita por órgão de classe ou mesmo pelo Conselho Nacional, não ostenta força capaz de inibir ou mitigar a indenização prevista legalmente.

5. recurso reconhecido e improvido, legitimando a lavratura de acórdão nos moldes autorizados pelo artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (20050110866832ACJ, Relator SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA, primeira Turma Recursal dos Juizados E especiais Cíveis E criminais do D.F., julgado em 21/03/2006, DJ 02/06/2006 P.361) (grifo nosso).

Ex positis, requer inicialmente o autor que Vossa Excelência conceda a liminar acima pleiteada, com o fim de que seja determinado que a parte Requerida apresente toda e qualquer informação acerca do processo administrativo que tramitou em favor do requerente, até a audiência conciliatória a ser designada por este incluíto Juízo, a fim de que se possa verificar os valores já recebidos, bem como os valores que restam a receber, em virtude da possibilidade e amplo acesso pela Requerida ao sistema "MEGA DATA", sob pena de multa diária no valor de 01(um) salário mínimo em favor do Autor.

Requer, ainda o envio de Ofício à Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização-FENASEG, situada na Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ-TEL.21 2510 7777, a fim de que a presente copia integral do processo administrativo em nome do autor, bem como quaisquer outras informações acerca deste, tendo em vista a sua função fiscalizadora, sob pena de multa diária no valor de 01(um) salário mínimo em favor do autor.

Por tais fundamentos Excelência, constata-se claramente incontroverso o direito ora pleiteado, pelo que se espera seu pleno reconhecimento.

4. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, vem o requerente pugnar pelos seguintes pedidos: a) O deferimento da **medida liminar** acima pleiteada para que a parte promovida, bem como a FENASEG, apresente até a audiência conciliatória a ser designada por V.Exa., toda e qualquer documentação a cerca do processo admi

tramitou em favor do requerente, tais como laudos médicos, valores pagos, dentre outros;

b) Inversão do ônus da prova, tendo em vista a inquestionável incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor, bem como ante a hipossuficiência do autor;

c) Designação de audiência conciliatória, com a conseqüente citação/intimação da requerida para comparecer ao referido ato e, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena das cominações legais;

d) Julgamento antecipado da lide, nos termos do art.330, I, do código de Processo Civil, uma vez que o presente feito refere-se unicamente a matéria de direito, não havendo necessidade de produção de prova;

e) Julgamento procedente do presente feito em todos os seus termos, condenando a promovida ao pagamento do valor remanescente a que tem direito a parte autora, equivalente a **32,9 salários mínimos**, o que corresponde atualmente a **12.500,00** que deverá ser regularmente corrigido monetariamente, desde o inadimplemento do Ré;

f) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº 1060/50.

Dá se a causa o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Pede deferimento.

Campo Maior-PÍ, 30 de Maio de 2008

FRANCISCO AIRTON CAVALCANTE DA COSTA
OAB/CE, Nº11. 064

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE	José Wilson Viana da Silva		
Nacionalidade	Brasileira	Natural	
Estado Civil	Casado	RG n°	2.054.293
Profissão	Lavrador	CPF n°	78248 013-87
Endereço	Lc. Cachoeira		
Bairro	Zona Rural	CEP	63.330-000
Município/UF	São Miguel do Tapuio - PI		

OUTORGADO: FRANCISCO AÍRTON CAVALCANTE DA COSTA, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/CE, sob Nº11. 064, com escritório na Cidade de Teresina-PÍ, na Av. Miguel Rosa.

Poderes: confer(em) em ambos, gerais e ilimitados poderes para foro em geral, com a cláusula "Ad Judicia", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, propor Ação Previdenciária contra INSS, afim de realizar benefício, Propor Ação de Cobrança das Diferenças do Seguro Obrigatório DPVAT, de propor quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, , requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e constas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações de perícias, bem como argüir suspensão, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, denunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquias ou entidades paraestatal, propondo ação competente em que o(s), na condição de reclamado(s), bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes se assim lhe convier, **contratando, nesta oportunidade já os honorários advocatícios no percentual de 30% sobre o valor a que tiver direito o outorgante, dando tudo por bom, firme e valioso.**

_____, ____ de _____ de 2008.


OUTORGANTE

34
ca

DECLARAÇÃO

DECLARANTE	José Wilson Viana da Silva		
NACIONALIDADE	Brazileira	Natural	
Estado Civil	casado	RG n°.	
Profissão	Lavrador	CPF n°.	
Endereço	Lc. Carboeira		
Bairro	Zona Rural	CEP	
Município/UF	São Miguel do Tapero - PI		

DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas legais, que sou pobre na forma da lei, não possuindo condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, nos termos do Art. 5º, LXXIV, bem como de acordo com os mandamentos previstos na lei nº 1.060/50.

_____/____,____ de _____ de 2008

José Wilson Viana da Silva
DECLARANTE



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO**



CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA

CERTIFICO, a requerimento verbal de pessoa interessada e por ser a expressão da verdade que, dando busca nos livros de registros de ocorrências desta Delegacia de Polícia, foi encontrado registrado na folha número 032-V, a Ocorrência de número 060/2007, natureza: Acidente Automobilístico, que tem o seguinte teor: Aos 17 (dezessete) dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, nesta cidade de São Miguel do Tapuio, Estado do Piauí, na Delegacia de Polícia, onde presente se encontrava o Sr. DOMINGOS DE SOUSA BEZERRA CAP. "QOAPM", respondendo pelo expediente desta Delegacia, ai, compareceu o Sr. JOSÉ WILSON VIANA DA SILVA, brasileiro, piauiense de São Miguel do Tapuio, casado, lavrador, nascido em 20.07.1977, RG nº 2.054.293 SSP-PI, CPF nº 782487013-87, filho de Elias Alves da Silva e de Maria Ferreira Viana, residente localidade cachoeira, deste município, para prestar **QUEIXA DE QUE** no dia 14.11.2004, por volta das 03:00 horas, quando o depoente trabalhava no veículo: TRATOR AGRICOLA, NEW HOLLAND, TL-90, 4X4, 90 HP, 04 CILINDRO, SÉRIE 94174, CHASSI nº 271964, quando o depoente ia desta cidade de São Miguel do Tapuio, em direção a localidade Mãe D'água, deste município, onde o depoente iria trabalhar, chegando na localidade Mãe D'água, já citada, quando o depoente estava trabalhando no citado trator, batendo palha, o depoente escorregou em cima do citado trator caiu e ficou empenhado no mesmo, quase que dentro da maquina de bater palha, sendo que a maquina de bater palha pegou o mesmo pelo meio, sendo que os colegas de trabalho do mesmo o socorreram e conduziram o mesmo para o Hospital Getulio Vargas, na cidade de Teresina – PI, onde foi atendido pelo medico plantonista, do Hospital acima citado, onde o mesmo passou por algumas intervenções cirúrgicas, ficando sem alguns de seus membros. Conforme laudo médico que segue em anexo. As informações acima citadas foram prestadas pelo queixoso, para tanto ficam documentadas.

Faz esta queixa a fim de produzir seus efeitos legais diante da lei.
Nada mais.

O referido é verdade e dou fé.

São Miguel do Tapuio, 17 de julho de 2007.

Domingos de Sousa Bezerra - CAP. QOAPM
Delegacia de Polícia

 FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE
SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

CONVÊNIO DO SEGURO DE DPVAT

PREZADO(A) SENHOR(A)

REF.: SINISTRO N. - 2007/187864-01
VITIMA - JOSE WILSON VIANA DA SILVA
SEGURADORA - 6912 - CONAPP CIA. NACIONAL DE SEGUROS

EM RELACAO AO SINISTRO ACIMA REFERENCIADO, COMUNICAMOS
QUE APOS A ANALISE DA DOCUMENTACAO APRESENTADA, FOI
DETECTADA A NECESSIDADE DE INFORMACOES COMPLEMENTARES,
RAZAO PELA QUAL ESTA SENDO INTERROMPIDO O PRAZO
REGULAMENTAR PARA O PAGAMENTO DA INDENIZACAO.

PEDIMOS AGUARDAR NOVO PRONUNCIAMENTO, O QUE OCORRERA
TAO LOGO SEJAM CONCLUIDAS AS AVERIGUACOES CABIVEIS.

ATENCIOSAMENTE,

FEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS
E DE CAPITALIZACAO

CONVENIO DPVAT

C/C SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

DR / RJ
BOVANTE DE ENTREGA

SR (a) É NECESSÁRIO ASSINAR O COMPROVANTE DE ENTREGA E DEVOLVÊ-LO AO CARTEIRO.

UÇÃO: RUA SENADOR DANTAS, 74 - 5º ANDAR

ARIO SR/SRA JOSE WILSON VIANA DA SILVA
LOCALIDADE CACHOEIRA ZONA RURAL
N/CONSTA
CEP 64330-000 - PI - SAO MIGUEL DO TAPUIO

- | | |
|---|--|
| ☐ MUDOU-SE | ☐ FALECIDO |
| ☐ DESCONHECIDO | ☐ AUSENTE |
| ☐ RECUSADO | ☐ NÃO PROCURADO |
| ☐ N° INEXISTENTE | ☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE |

TENTATIVAS DE ENTREGA

Data Hora

1 _____ : _____
2 _____ : _____
3 _____ : _____

URA DO RECEBEDOR

RG DO RECEBEDOR

DATA DO RECEBIMENTO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____

RESPONSÁVEL

DE AQUI

DE



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE
SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

CONVÊNIO DO SEGURO DE DPVAT

AR

9601149

3337667

00622817

08514097



R\$ 06,10

MF01807

INTP

310



200718786401

SR/SRA JOSE WILSON VIANA DA SILVA
RUA LOCALIDADE CACHOEIRA ZONA RURAL
COMPL S/N
N/CONSTA
CEP 64330-000 - PI - SAO MIGUEL DO TAPUIO



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

PESO / WEIGHT (kg)

VALOR DECLARADO / INSURED VALUE

AR

RA

9 6 7 0 2 3 3 0 3 BR



200718786401

INTP

310

REMETENTE - FENASEG - CONVENIO DPVAT
RUA SENADOR DANTAS, N. 74 - 5. ANDAR
CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP 20.031-201

Readi o mandado para dar cumprimento.

Qui: 06/11/08

35
C

+

Ciente de m Audiência

Qui: 06/11/08

+

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME / RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

BRADESCO SEGUROS S/A

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA BARROSO, 541-N, CENTRO

CEP / CODE POSTAL

64.000-130

CIDADE / LOCALITÉ

TERESINA

UF

PAÍS / PAYS

PI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

CARTA DE CITAÇÃO. PROC. Nº 9987/08, AUDIÊNCIA PI/

27/11/08 ÀS 11:30HS.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Antonio Francisco Costa

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

17/11/08

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA / MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Antonio Francisco Costa

Atendente Comercial III

Mat. 8525803-2

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



CORREIOS
BRÉSIL

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

(CÓDIGO DE BARRAS)

RO 1 7 6 9 3 8 5 6 3 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

PUDER JUDICIÁRIO
Juíizado Especial Civil e Criminal
Comarca de Campo Maior - PI
Rua Siqueira Campos, 372
CEP 64.280-000

--	--	--	--	--	--	--	--

Renovada a possibilidade de conciliação, não houve proposta. As partes declaram não ter provas a produzir. Encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas à inicial e contestação pelo requerente e requeridas respectivamente, Sejam os autos conclusos para prolatação de sentença. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo que lido e achado segue assinado por todos os presentes.

Juíza de Direito

Juiz Leigo

Conciliador

Requerente

Advogado requerente

Preposto requerida

Advogado requerida

Estagiários

VISTOS EM CORREIÇÃO

Em 18/05/09

BEL.ª ZILNEIA GOMES BARBOSA DA ROCHA
JUÍZA CORREGEDORA

Certidão

Certifico que nesta data
intimei o advogado da requerida
do inteiro teor da sentença retro.

C. Mauor, 29.07.09

juiz

Renovada a possibilidade de conciliação, não houve proposta. As partes declaram não ter provas a produzir. Encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas à inicial e contestação pelo requerente e requeridas respectivamente, Sejam os autos conclusos para prolatação de sentença. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo que lido e achado segue assinado por todos os presentes.

Juíza de Direito

Juiz Leigo

Conciliador

Requerente

Advogado requerente

Preposto requerida

Advogado requerida

Estagiários

20
Jul



**ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Rua Siqueira Campos, 372 – Centro - Fone: (86) 3252-3882 - CEP.64280-000

PROCESSO Nº. 9.976/08.

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

REQUERENTE: JOSÉ WILSON VIANA DA SILVA.

**REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS E SEGURADORA LÍDER DOS
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**

Vistos etc.

I - RELATÓRIO

Relatório sucinto.

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que tem como requerente **JOSÉ WILSON VIANA DA SILVA**, já qualificado, e como requeridas a **BRADESCO SEGUROS** e a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambas devidamente qualificadas.

Diz a petição inicial que ao pleitear administrativamente, a parte requerente recebeu apenas a importância de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), quando deveria ter recebido a importância equivalente à 40 (quarenta) salários mínimos.

Ao final requer seja julgada procedente a presente Ação, condenando a Seguradora Requerida ao pagamento da importância equivalente 40 (quarenta) salários mínimos, deduzido os valores já pagos à época da liquidação administrativa feita à menor, nos termos do art. 3º, alínea "a" da Lei nº. 6.194/74, haja vista a invalidez de que foi vítima a requerente, fruto do acidente de trânsito informado.

Requeru ainda que fosse determinado à seguradora requerida a apresentação do processo administrativo que tramitou em favor da parte suplicante, bem como a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Juntou procuração às fls. 10, declaração de inaptidão econômica para custear as despesas processuais às fls. 11, boletim de ocorrência policial descrevendo o acidente às fls. 12, bem como correspondência do Convênio do Seguro DPVAT informando a importância recebida e número do processo administrativo às fls. 13.

Tentada a conciliação por duas oportunidades, sem êxito.

A defesa apresentou preliminares referentes à falta de interesse de agir

78
me



**ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Rua Siqueira Campos, 372 – Centro - Fone: (86) 3252-3882 - CEP.64280-000

carência de ação, ausência de documentos obrigatórios para instrução do processo e incompetência do juizado em razão da matéria, necessidade de prova pericial alegando ser o caso de alta complexidade, bem como da impossibilidade de inversão de ônus da prova, examinadas a seguir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINARES

DA INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO

Sustenta a requerida que o Juizado Especial é incompetente para processar e julgar o feito, haja vista que para o deslinde necessita de prova técnica, de forma a aferir o grau da lesão.

Improspera tal preliminar. Em sede de Juizados Especiais, inclusive neste JECC da Comarca de Campo Maior, tramitaram inúmeras ações da mesma natureza que quando submetidas à análise da e. Turma Recursal do Estado do Piauí tiveram sentenças confirmadas na sua totalidade, daí porque entendo perfeitamente possível concluir-se pela apuração da verdade de modo a proferir julgamento de mérito consentâneo com os fatos e o direito, louvando-se este juízo nas provas até aqui acostadas a este caderno processual.

Ademais, a presente lide trata de matéria unicamente de direito, haja vista que discute-se apenas o *quantum* da indenização a ser paga, posto que a requerida já reconheceu a invalidez da requerente quando do pagamento administrativo feito a menor, não havendo necessidade de produção de provas técnicas.

Rejeito, pois a preliminar em exame.

DA NECESSIADA DE PROVA PERICIAL, IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Argumenta a necessidade de realização de perícia médica para comprovar a invalidez da parte autora.

À luz do princípio do livre convencimento motivado entendo desnecessária a realização de perícia, posto que se trata de matéria unicamente de direito e que as provas produzidas até esta fase processual são suficientemente



ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Rua Siqueira Campos, 372 – Centro - Fone: (86) 3252-3882 - CEP.64280-000

robustas, modo a possibilitar o esclarecimento da verdade.

Insta destacar que, no caso em apreço, é a patente a hipossuficiência da parte autora em face da empresa promovida.

Assim, em homenagem ao estatuído no Código de Defesa do Consumidor, cujos princípios espraiam-se em todo o ordenamento pátrio, inverte o ônus da prova.

DA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA PELA PARTE AUTORA

Alega a requerida que a parte autora não juntou a documentação indispensável à propositura da ação. Tal assertiva não se sustenta.

Foi determinado à requerida, sob pena de preclusão, que apresentasse o processo administrativo que tramitou em favor da parte requerente, o qual informa o valor recebido.

Se o Convênio de Seguro Dpvat, o qual a primeira reclamada integra e a segunda lidera, liquidou o sinistro é porque teve acesso a documentação que ora reclama, não havendo portanto que se falar em ausência de documentos que impedem a análise do caso.

CARÊNCIA DE AÇÃO E DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR:

O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

Referida quitação abrange somente o valor efetivamente recebido, não inibindo a reivindicação em juízo, esse, aliás, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça consubstanciado no voto do Min. Audir Passarinho nos Resp. 296.675, in verbis:

“O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar em juízo a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie”.

Nessa linha, merecem amparo aos termos da inicial, não merecendo guarida as preliminares levantadas pelas demandadas, nesse ponto, a saber carência de ação e falta de interesse de agir.



ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Rua Siqueira Campos, 372 – Centro - Fone: (86) 3252-3882 - CEP.64280-000

DO MÉRITO

Pleiteiam as requeridas que seja aplicada o art. 8º da Lei nº. 11.482/07, ou seja, que dispõe as pessoas vitimadas de acidente automobilístico sejam indenizadas a título de seguro DPVAT em valor de até o teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em análise ao tema suscitado, entendo que se configura direito fundamental a responsabilidade de indenização do seguro DPVAT, porque satisfaz ao princípio do solidarismo insculpido no art. 3º, inciso I, da Constituição Federal, bem como a indenização corresponde a direito individual homogêneo, o que, conforme art. 127 da CF, o eleva a categoria constitucional. Ademais, a indenização de 40 (quarenta) salários mínimos fixada pela Lei nº. 6.194/74, é a que preserva mais eficazmente a dignidade da pessoa humana, garantia constitucional prevista no art. 1º, inciso III da Constituição Federal, sendo inconcebível sua redução em prejuízo à sociedade brasileira.

Declaro, portanto, inaplicável o artigo 8º da Lei nº. 11.482/07, por entendê-lo inconstitucional ante as razões mencionadas, prevalecendo a Lei nº. 6.194/74, a qual fixa a indenização do seguro DPVAT em 40 (quarenta) salários mínimos.

Ademais, eis que o disposto na Lei nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº. 8.441/92, que dispõe sobre “SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO” diz em seu artigo 3º que “os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada”.

Na hipótese dos autos, é inconteste a invalidez do requerente, conforme provas mencionadas e analisadas acima.

Constata-se que a lei não distingue entre invalidez total ou parcial, não podendo, portanto, o intérprete ou julgador distinguir onde a lei não o faz. Com isso, torna-se desimportante, como pretende a requerida, saber se a invalidez que acometeu a autora é total ou parcial.

A prova dos autos é suficiente no sentido de que há invalidez e de que ela é incapacitante. Confira-se a respeito do tema:

"Configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus à vítima atropelada ao seguro obrigatório -



ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Rua Siqueira Campos, 372 – Centro - Fone: (86) 3252-3882 - CEP.64280-000

DPVAT, em face aos danos causados por veículo automotor. Inteligência do artigo 3º da Lei nº. 6194/74, com as alterações introduzidas pela Lei n. 8441/92 que não traz distinção quanto à espécie de invalidez". (Ap. nº. 4413597/DF (97061), 5ª Turma Cível do TJDF, Rel. Dácio Vieira. j. 23.06.1997, Idem.

Como mão à luva, a lição de CARLOS MAXIMILIANO em "Hermenêutica e Aplicação do Direito", Forense - 18ª edição - 1998, p. 79/80:

"Em geral, a função do juiz, quanto aos textos, é dilatar, completar e compreender; porém não alterar, corrigir, substituir. Pode melhorar o dispositivo, graças à interpretação larga e hábil; porém não - negar a Lei, decidir o contrário do que a mesma estabelece. A jurisprudência desenvolve e aperfeiçoa o Direito, porém como que inconscientemente, com o intuito de o compreender e bem aplicar. Não cria, reconhece o que existe; não formula, descobre e revela o preceito em vigor e adaptável à espécie. Examina o Código, perquirindo das circunstâncias culturais e psicológicas em que ele surgiu e se desenvolveu o seu espírito; faz a crítica dos dispositivos em face da ética e das ciências sociais; interpreta a regra com a preocupação de fazer prevalecer à justiça ideal (richtiges Recht); porém tudo procura achar e resolver com a lei; jamais com a intenção descoberta de agir por conta própria, 'proeter' ou contra 'legem'."

A prova trazida aos autos já é suficiente no sentido de que há invalidez, e de que é ela incapacitante. Não vejo, pois, amparo legal ou jurídico à pretensão desses novos exames exigidos junto ao IML ou a quem quer que seja, neste aspecto **"A norma positiva não é um conjunto de preceitos rijos, cadavéricos, e criados pela vontade humana; é uma força viva, operante, suscetível de desenvolvimento; mas o progresso e a adaptação à realidade efetuam-se de acordo, aproximando, ou pelo menos aparente, com o texto; não em contraste com este."** (Obra citada) .

A Lei nº. 6.194/74, no art. 3º, letra "b", dispõe, que, em se tratando de invalidez permanente, o valor a ser pago é de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente.

O preceito legal antes transcrito não resta nenhuma dúvida de que o valor do seguro referente ao fato mencionado na inicial correspondente ao montante de 40 (quarenta) salários mínimos, sendo que em relação à vinculação do valor ao salário mínimo assim já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, vejamos: *"O valor do seguro obrigatório deve corresponder a 40 (quarenta) salários mínimos. Precedentes. Recurso não conhecido"* (Súmula 83/STJ. (STJ, REsp. nº152.866-SP, 4ª T., Rel. Min.



**ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL**

Rua Siqueira Campos, 372 – Centro - Fone: (86) 3252-3882 - CEP.64280-000

Ruy Rosado de Aguiar, j.23/3/98)”.

Por sua vez, a documentação apresentada forma um conjunto harmônico, não restando dúvida do nexo de causalidade entre o acidente alegado pela parte autora e sua invalidez que, inclusive, foi reconhecido pelas requeridas.

Ademais, havendo prova da invalidez permanente do requerente, como se extrai dos autos, a indenização do seguro obrigatório deve ser paga em sua escala mais elevada.

No que toca aos juros moratórios, se deve aplicar o art. 405 da Lei Substantiva Civil, ou seja, os juros, *in casu*, contam-se a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela autora, ou seja, a partir de sua citação.

A obrigação de indenizar decorrente do evento danoso, imputado a quem deu causa ao mesmo, não se confunde com a obrigação de pagar a importância devida em razão do acidente, lastreada em contrato de seguro DPVAT. Não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado a Súmula nº. 54/STJ.

Não obstante, o que diz respeito ao quantum dos juros moratórios, tenho verdadeiro que com o advento do novo Código Civil, é certa a aplicação do disposto no art. 406 da Lei Material Civil, nestes termos:

“Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou forem sem taxa estipulada, ou quando provirem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda nacional”.

Comungo do pensamento traduzido pelo Enunciado nº. 20 do Conselho da Justiça Federal, nestes termos:

“a taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406, é a do art. 161, Parágrafo Primeiro, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês. A utilização da taxa média Selic (TMS) como índice de apuração dos juros legais não é juridicamente segura, porque impede o prévio conhecimento dos juros; não é operacional, porque seu uso será inviável; é incompatível com a regra do art. 509 do novo Código Civil, que permite apenas a capitalização anual dos juros, e pede ser incompatível com art. 192, Parágrafo Terceiro (ora revogado) da Constituição Federal, se



7
84
JUL

ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Rua Siqueira Campos, 372 – Centro - Fone: (86) 3252-3882 - CEP.64280-000

resultarem juros reais superiores a 12% (doze por cento) ao ano”.

Assim, são devidos juros legais de 1% ao mês, a contar da citação, conforme art. 406, CC c/c art. 161, § 1º, CTN.

De outro turno, a correção monetária é devida a partir da propositura da presente demanda, tudo nos moldes da Lei nº. 6.899/81.

Reconhece, portanto, este Juízo, que a parte autora provou suficientemente, nos termos do art. 333, inciso I, do CPC, o fato constitutivo de seu direito, fazendo jus ao pagamento da importância equivalente a 32,9 (trinta e dois vírgula nove) salários mínimos, referente à complementação do valor recebido do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestre – DPVAT, valor este a ser atualizado até a data do efetivo pagamento.

III - DISPOSITIVO

ISTO POSTO, e com fundamento no art.3º, Lei nº. 6.194/74, **JULGO PROCEDENTE** a demanda, declarando não aplicável o artigo 8º da Lei nº. 11.482/07, por entendê-la inconstitucional, prevalecendo a Lei nº. 6.194/74, a qual fixa a indenização do seguro DPVAT em 40 (quarenta) salários mínimos, determinando que a requerida no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, do CPC, a partir da ciência desta, deposite em Juízo o pagamento da importância devida a título de seguro DPVAT, qual seja, correspondente a 32,9 (trinta e dois vírgula nove) salários mínimos vigentes na data do pagamento administrativo feito a menor, ou seja, R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos), valor este acrescido de correção monetária com base no INPC a partir do ajuizamento da ação e de juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação válida, até a data do efetivo pagamento, na forma acima mencionada.

P.R.I.

Campo Maior, 13 de maio de 2009.

Belª. Zilnéia Gomes Barbosa da Rocha
Juíza de Direito

Ciente em
30.06.10.
[Assinatura]

CIENTE DA SENTENÇA
DE FLS. 78 A PV.
Em 29/07/2009
[Assinatura]

VISTOS EM CORREIÇÃO

Em 18/05/09

BEL. ZILNEIA GOMES BARBOSA DA ROCHA
JUÍZA CORREGEDORA

Certidão

Certifico que nesta data
intimei o advogado da requerida
do inteiro teor da sentença retro.

E. Mauor, 29.07.09

yu

C. Maior-PI, 23/02/10

379959 - C1 / 2008-20221 / 1

Serventia (a)

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
Henrique A. F. Motta
Fabio João Soito
Pedro H. B. Sousa
João Paulo Martins
Kendra Barreto

Joselaine Maura Figueiredo
Marcelo Côco
Juliana Sampaio
Cristiane Oliveira
Suchilla Tenorio
Fernando Barbosa

Pedro Andrade
Flávia Nonato
Rafael Bandeira
Simone Nakasato
Lanessa Nascimento
Carlos Oliveira

Paula Pinheiro
Osmar Aquino
Cecilia Ribeiro Chequer

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DA
COMARCA DE CAMPO MAIOR / PI

Processo n.º 99872008

BRDESCO SEGUROS S.A, empresa seguradora já devidamente qualificada, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove JOSE WILSON VIANA DA SILVA em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa, requerer a juntada do instrumento de mandado ora anexado, para que surta os devidos efeitos legais.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço da Rua Barroso, nº 646, Centro / Norte, Teresina/PI, tel: (86) 3222-44768 e fax: (86) 3221-8382.

Por derradeiro, requer, ainda, seja observado o nome da advogada, Ednan Soares Coutinho, OAB/PI 1841-88, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Campo Maior, 21 de Janeiro de 2010.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Ednan Soares Coutinho
OAB/PI 1841-88

Herison Helder Portela Pinto
OAB/PI 5367-07

Rommel Eugenio Carvalho A. Leão
OAB/PI 5479-07

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro / RJ cep: 20010020
PABX: 21 - 3265-5600 Fax: 21 - 3265-5622/3265-5628
corporativo@joao-barbosa-advass.com.br

87

Proc. Nº 9987/08

Certifico que a sentença transitou em julgado, sem manifestação da parte requerida. Daí fé.

Campo Maior, 23/06/10.


Belª Érica R. Uchôa da Silva Melo
Diretora de Secretaria do Juizado
Esp. Cível e Criminal
Campo Maior-PI

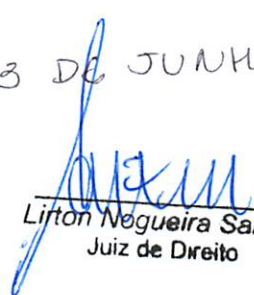
R. HOJE,

VISTOS ETC,

INTIME-SE O AUTOR DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.

CUMPRE-SE.

CAMPO MAIOR, 23 DE JUNHO DE 2010.


Lilton Nogueira Santos
Juiz de Direito

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI

RECIBO
Recebi às 09:47 Horas

C.Maior-PI, 30/07/10

Serventário(a)

Processo: 98872008

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT**, já devidamente qualificada nos autos em referência, que lhe move
CICERO TELES DA SILVA, vem, por seus advogados, em caráter de
urgência, expor e requerer o seguinte:

A Ré teve **TODAS** as suas contas bloqueadas por este M.M.Juízo às
fls.80, tendo como finalidade a garantia do cumprimento da sua obrigação,
não tendo oposto embargos ou qualquer impugnação que impossibilitasse a
natural evolução para a extinção do feito, desta forma, resta para tanto que
seja o valor ora bloqueado transferido para a conta do juízo, cumprindo a ré
com sua obrigação, devendo suas contas serem imediatamente
desbloqueadas.

Tal procedimento vem ocasionando diversos transtornos à seguradora,
pois, no caso em tela, o bloqueio pelo sistema BacenJud trouxe consideráveis
prejuízos, sobretudo, do ponto de vista operacional e administrativo da
empresa ré. Isto porque, o referido bloqueio imobiliza contas de investimento e
aplicações financeiras que são diretamente utilizadas no campo operacional
da seguradora, resultando em paralisação das atividades próprias da
empresa.

Sendo assim, requer a transferência da quantia executada no valor de
R\$ 15.655,00 para uma conta judicial, com a conseqüente liberação de todas

as contas bancárias da Ré, sob pena de inviabilizar o funcionamento das atividades da seguradora diante da imobilidade de seus ativos financeiros.

ALÉM DISSO, POR SER DE DIREITO, REQUER TAMBÉM QUE, PARA CONSTAR NO PROCESSO, SEJA DEVIDAMENTE CERTIFICADO NOS AUTOS O DESBLOQUEIO DAS CONTAS BANCÁRIAS DA SEGURADORA RÉ.

Dessa forma, sendo o valor bloqueado devidamente transferido, garantindo, assim, o cumprimento da obrigação, e não se opondo a Ré pelo natural prosseguimento e extinção do feito, é a presente para requerer que V. Exa. expressamente determine o imediato desbloqueio das contas da Seguradora, a fim de que esta possa regularizar sua situação financeira. Na impossibilidade de se fazer o desbloqueio on line por V. Exa pelo sistema BACENJUD, requer que ordene a expedição de ofício ao Banco Central a fim de que se proceda ao desbloqueio e liberação dos valores das contas da Seguradora Ré, expostos às fls., tendo em vista o enorme prejuízo que tal constrição causa à Empresa Seguradora.

Após o cumprimento das formalidades acima e o levantamento do valor de fls., pela parte Autora, sendo certo que não há mais o que reclamar tendo em vista a transferência e pagamento do valor devido, requer, por fim, a extinção do feito, ordenando o seu arquivamento e a competente baixa no distribuidor, após a certificação e pagamento de custas eventualmente devidas.

P. deferimento.

Piauí, 27 de julho de 2010.

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI

Processo: 98872008

RECIBO
Recebi às _____ Horas

C. Maior-PI, 02 / 08 / 2010

Maria José de S. Silva
Serventuária(a)

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT**, já devidamente qualificada nos autos em referência, que lhe move
CICERO TELES DA SILVA, vem, por seus advogados, em caráter de
urgência, expor e requerer o seguinte:

A Ré teve **TODAS** as suas contas bloqueadas por este M.M.Juízo às
fls.80, tendo como finalidade a garantia do cumprimento da sua obrigação,
não tendo oposto embargos ou qualquer impugnação que impossibilitasse a
natural evolução para a extinção do feito, desta forma, resta para tanto que
seja o valor ora bloqueado transferido para a conta do juízo, cumprindo a ré
com sua obrigação, devendo suas contas serem imediatamente
desbloqueadas.

Tal procedimento vem ocasionando diversos transtornos à seguradora,
pois, no caso em tela, o bloqueio pelo sistema BacenJud trouxe consideráveis
prejuízos, sobretudo, do ponto de vista operacional e administrativo da
empresa ré. Isto porque, o referido bloqueio imobiliza contas de investimento e
aplicações financeiras que são diretamente utilizadas no campo operacional
da seguradora, resultando em paralisação das atividades próprias da
empresa.

Sendo assim, requer a transferência da quantia executada no valor de
R\$ 15.655,00 para uma conta judicial, com a conseqüente liberação de todas

as contas bancárias da Ré, sob pena de inviabilizar o funcionamento das atividades da seguradora diante da imobilidade de seus ativos financeiros.

ALÉM DISSO, POR SER DE DIREITO, REQUER TAMBÉM QUE, PARA CONSTAR NO PROCESSO, SEJA DEVIDAMENTE CERTIFICADO NOS AUTOS O DESBLOQUEIO DAS CONTAS BANCÁRIAS DA SEGURADORA RÉ.

Dessa forma, sendo o valor bloqueado devidamente transferido, garantindo, assim, o cumprimento da obrigação, e não se opondo a Ré pelo natural prosseguimento e extinção do feito, é a presente para requerer que V. Exa. expressamente determine o imediato desbloqueio das contas da Seguradora, a fim de que esta possa regularizar sua situação financeira. Na impossibilidade de se fazer o desbloqueio on line por V. Exa pelo sistema BACENJUD, requer que ordene a expedição de ofício ao Banco Central a fim de que se proceda ao desbloqueio e liberação dos valores das contas da Seguradora Ré, expostos às fls., tendo em vista o enorme prejuízo que tal constrição causa à Empresa Seguradora.

Após o cumprimento das formalidades acima e o levantamento do valor de fls., pela parte Autora, sendo certo que não há mais o que reclamar tendo em vista a transferência e pagamento do valor devido, requer, por fim, a extinção do feito, ordenando o seu arquivamento e a competente baixa no distribuidor, após a certificação e pagamento de custas eventualmente devidas.

P. deferimento.

Piauí, 27 de julho de 2010.

LUCIANNA ROCHA DE ARAÚJO ALENCAR

OAB-5505

DPV0042235 - ACMS

As contas bancárias da Re, sob pena de inutilizar o funcionamento das atividades de seguradora diante da imobilidade de seus ativos financeiros

ALÉM DISSO, POR SER DE DIREITO REQUER TAMBÉM QUE
PARA CONSTAR NO PROCESSO, SEJA DEVIDAMENTE CERTIFICADO
NOS AUTOS O DESBLOQUEIO DAS CONTAS BANCÁRIAS DA
SEGURADORA RE

Dessa forma, sendo o valor bloqueado devidamente transitado, garantindo assim o cumprimento da obrigação, e não se opondo a Re, não natural prosseguimento e extinção do feito, é a presente para requerer que V. Exa. expressamente determine o imediato desbloqueio das contas da seguradora, a fim de que esta possa regularizar sua situação financeira, na impossibilidade de se fazer o desbloqueio on line por V. Exa pelo sistema BACENUD, requer que ordene a expedição de ofício ao Banco Central a fim de que se proceda ao desbloqueio e liberação dos valores das contas da Seguradora Re, expostos às fls. , tendo em vista o enorme prejuízo que tal condição causa à Empresa Seguradora.

Após o cumprimento das formalidades acima e o levantamento do valor a Re, por parte Autora, sendo certo que não há mais o que reclamar, tendo vista a transferência e pagamento do valor devido, requer, por fim, a extinção do feito, ordenando o seu arquivamento e a consequente baixa no processo, após a certificação e pagamento de custas eventualmente



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO MAIOR - PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Rua Siqueira Campos, 372 – fone – (86) 3252-3882

Processo Nº 9987/08

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório do Seguro DPVAT

Requerente: Jose Wilson Viana da Silva

Requerido: Bradesco Seguros S/A

Ao Dr. Jose Renato Lages C. Neto

Av. Jose Paulino, 491 - Centro

Campo Maior-PI

CEP: 64.280-00

Cumprindo determinação do MM Juiz de Direito deste JECC, nos autos do processo supra caracterizado, no qual Vossa Senhoria é advogado da parte requerente, INTIMO-LHE do inteiro teor do despacho proferido as fls. 87, cuja cópia segue anexa.

Campo Maior-PI, 09 de fevereiro de 2011.

Érica R. Uchoa da Silva Melo
Diretora de Secretaria

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

José Renato Lopes C. Neto

ENDEREÇO / ADRESSE

Av. José Paulino, 491 - Centro

CEP / CODE POSTAL

64 280 000

CIDADE / LOCALITÉ

Longo Moina

UF

PAÍS / PAYS

PI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Linha de hts de despacho, ps 87. Proc. 9487/08

José Wilson Viana da Silva x Bradesco Seguros

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

14/02/11

☐ NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

ATONIO RCE P. ORETELA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTE LÉGE Barbosa

Fundo Proventos-Carteiro

Agente de Correios-Carteiro

AC/CP Campo Maior/PI

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





**CORREIOS
BRÉSIL**

**AVISO-DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

11 FEB 2011

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

DR161

RJ 93497690 8 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/	/	/	/
:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO**

RETOUR

PODER JUDICIÁRIO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSÉ
Juizado Especial Cível e Criminal

Comarca de Campo Maior-PI

Rua Siqueira Campos, 372

CIDADE / LOCALITÉ

UF

CEP 64.240-000

BRASIL

Rec. 15.02.11